

# A IMPORTÂNCIA DE UMA ANÁLISE DE GÉNERO NO CONTEXTO DOS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

*por José Miguel Pacheco*

O que me proponho falar neste artigo é de uma política para o desenvolvimento rural que tenha em conta, para além dos aspectos sócio económicos, as questões de género, ou seja, as questões das relações entre homens e mulheres, no contexto da sociedade onde estão inseridos.

Uma das definições possíveis para o termo género é a relação social entre o homem e a mulher, ditada por um conjunto de normas sociais e culturais que determinam, por sua vez, o papel, o comportamento e a posição sócio-económica de cada um/a (homem e mulher) numa determinada sociedade.

Embora existam orientações por parte da União Europeia e das Nações Unidas, que alertem para a necessidade de adopção de políticas de desenvolvimento rural que integrem as questões de género, na grande parte dos projectos tal não passa, muitas das vezes, de uma mera formalidade.

Não havendo, logo à partida, muitos estudos sobre as relações de género no contexto de desenvolvimento, é com base em ideias preconcebidas que muitas vezes se trabalha, correndo-se o risco destas não espelham a realidade.

## Programa ASEG

Foi com vista a um desenvolvimento de políticas, programas e projectos que integrassem a dimensão do género, que a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), juntamente com a OIT (Organização Internacional do



Trabalho), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, lançaram, em 1993, um Programa de Análise Sócio Económica e de Género denominado ASEG.

Como objectivo final este programa visa uma adequação das políticas de desenvolvimento rural, de forma a ser garantido que estas tenham em consideração as necessidades e prioridades, quer de homens, quer de mulheres e, conseqüentemente, obter um desenvolvimento humano sustentado, logo, duradouro.

Para tal, é necessário conhecer melhor a realidade no que diz respeito às questões de género, através da utilização dos instru-

mentos ASEG e reforçar a capacidade dos especialistas em incluir as mesmas, nas estratégias para o desenvolvimento.

### Princípios do Programa:

O Programa ASEG assenta em três princípios fundamentais que são:

O princípio da participação, considerando-se essencial que esta se faça ao longo de todas as fases (antes, durante e após) dos programas ou projectos de desenvolvimento.

Os Instrumentos ASEG assentam, eles próprios, em metodologias participativas, sendo que as próprias iniciativas de desenvolvimento pressupõem uma retroalimentação constante;

As populações rurais, por estarem na maior parte das vezes longe dos poderes de decisão e por terem dificuldades no acesso à informação, participam de forma deficitária nas políticas, programas e projectos, que visam o desenvolvimento rural, quando são estas que melhor conhecem as realidades locais, recursos disponíveis, potencialidades e condicionalismos, e os seus problemas e as suas prioridades;

O princípio de que é fundamental a integração das questões de género nas iniciativas de desenvolvimento rural, tendo em conta, que existem papéis distintos entre homens e mulheres e que só se conseguirá alcançar uma melhoria no bem estar da comunidade, respondendo às prioridades e necessidades de ambos;

E por fim, o princípio de que as pessoas desfavorecidas são prioridade em iniciativas de desenvolvimento rural.

Hoje, muitas das políticas em prol do desenvolvimento rural, têm contribuído para o aumento das diferenças entre grupos favorecidos e desfavorecidos. Tal deve-se a uma marginalização dos grupos desfavorecidos, resultante da falta de condições de acesso às ajudas disponibilizadas.

### Factores e Níveis ASEG:

O Programa ASEG valoriza essencialmente e numa perspectiva de género, os aspectos Socioculturais, Económicos, Demográficos, Políticos, Institucionais e Ambientais, considerando que estes determinam o sucesso das iniciativas de desenvolvimento que se levem a cabo.





Para além disso, os instrumentos ASEG, permitem-nos relacionar todos estes aspectos entre si.

Todos estes factores são analisados a três níveis:

Ao nível Macro, centrando-se a análise nas políticas e programas às várias escalas;

Ao nível Intermédio, onde a atenção se volta para as estruturas que estão ligadas, por via directa ou indirecta, ao desenvolvimento rural e que desta forma fazem a ponte entre os níveis Macro e Micro. Estas estruturas podem ser instituições de várias índoles, ou então serviços, como sejam, os de extensão rural, de saúde, de ensino, etc;

Ao nível Micro, recaindo a análise sobre as comunidades em geral, passando pelos agregados familiares e chegando aos indivíduos.

### Metodologias e Instrumentos ASEG:

O programa ASEG e as suas metodologias/instrumentos, não foram elaborados para uma realidade específica de um país. No entanto, este encontra-se mais voltado para as regiões subdesenvolvidas, onde as diferenças de género habitualmente são mais acentuadas.

Porém, estes instrumentos ASEG poderão ser aplicados em qualquer país, já que os seus conceitos, princípios e estratégias são abrangentes de forma a terem em conta as especificidades Regionais e Nacionais, devendo-se em todo o caso, adaptar os seus instrumentos à realidade local.

O programa ASEG tem sido implementado através da publicação de Manuais para os três níveis de análise e de Guias Técnicos para áreas específicas, estimulando a



sua utilização por todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se encontram ligados ao desenvolvimento rural.

Outra forma seguida para a implementação, tem sido a realização de três tipos de WorkShops com diferentes objectivos:

- Destinados a consciencializar todos aqueles que estão ligados, directa ou indirectamente, ao desenvolvimento rural;
- Destinados à formação de formadores nesta área;
- Destinados a técnicos de área ou sectores específicos.

Existe ainda a preocupação de incluir as metodologias e princípios ASEG, nos programas/projectos da FAO e de outras organizações.

### Estudo de caso

Para melhor se perceber qual a importância de se ter em consideração as questões de género, quando se planifica um projecto de desenvolvimento rural, darei apenas um exemplo de um estudo de caso, onde não foram consideradas as diferenças de género.

Neste situação específica, colocou-se em causa o sucesso do projecto de desenvolvimento rural e o objectivo final, que é sempre o de contribuir para a melhoria do bem estar das populações:

“O governo de um país encontrava-se sob pressão das organizações internacionais para acabar com as bolsas de pobreza existentes nas suas regiões de montanha. Para resolver este problema o Governo resolveu estimular a produção de flores nestas regiões. Considerou que o acesso aos mercados era crucial. Uma importante agência doadora internacional, forneceu fundos para o desenvolvimento de infra-estruturas e com eles melhoraram-se as vias de acesso das zonas rurais em 80%, de tal forma que os agricultores puderam transportar muito mais facilmente as suas flores para os principais centros comerciais.

Nessa região eram as mulheres que levavam a cabo a maior parte dos trabalhos agrícolas, tanto ao nível das culturas para subsistência como ao nível das culturas comerciais, tal como as flores.

Os homens tinham a responsabilidade de tratar da parte da distribuição e comercialização.

Quatro anos depois constatou-se que existia um nível de má nutrição generalizado nas comunidades produtoras de flores e que os níveis de pobreza, particularmente entre mulheres e crianças, tinham aumentado. Para além disso foi detectado também um aumento de problemas de alcoolémia nessas mesmas comunidades. No entanto os rendimentos dos Agricultores aumentaram consideravelmente nesse período de quatro anos.”

Neste exemplo, o objectivo final não foi alcançado.

Podemos concluir que a melhoria das redes viárias aumentou o volume das vendas de flores, ao mesmo tempo que facilitou as tarefas que estavam destinadas aos homens, com ganhos de tempo significativos.

O aumento das vendas, fez com que as mulheres tivessem de dedicar mais tempo às culturas comerciais, em detrimento das culturas de subsistência, originando por sua vez problemas de má nutrição.

No que respeita ao aumento dos problemas de alcoolémia, deve-se ao facto dos homens passarem a dispor de mais tempo e mais dinheiro, resultante da venda das flores.



Apesar deste caso espelhar uma situação limite e um pouco desenquadrada da nossa realidade, serve bem para mostrar a importância das questões de género na elaboração de políticas, programas e projectos, com vista ao desenvolvimento rural.

Em Portugal são conhecidas algumas situações, de projectos que visavam contribuir para criação de emprego para mulheres, através de um investimento em formação específica e criação de empresas que absorvessem essa mão de obra, e que falharam, por não terem tido em consideração uma mentalidade ainda existente, de que o homem é que é o responsável por exercer as actividades remuneratórias e de colocar o dinheiro em casa e á mulher cabe o papel familiar da lida doméstica e da assistência aos filhos, ou seja, das actividades não remuneradas.

Estes projectos até conseguiram a especialização destas mulheres numa determinada área e a criação dos postos de trabalho a que se propunham, mas nem por



isso conseguiram atingir o objectivo final, ou seja, contribuir para a melhoria do bem estar da comunidade, tendo em conta, que quando chegou a altura de integrar as mulheres nos postos de trabalho, levantaram-se problemas de autoridade dentro do seio familiar e na maioria dos casos as mulheres acabaram por desistir.

### Política de Desenvolvimento Rural Comunitária

Em Portugal é o Programa LEADER, aquele que tem vindo a reflectir uma maior preocupação por integrar uma perspectiva de género na sua estratégia de acção. Tal passa a ser mais notório no LEADER +, onde começa a existir uma solicitação explícita, por parte da Comissão aos Estados Membros, para que analisem especificamente as necessidades das mulheres e dos jovens que habitam nas zonas rurais, no sentido de proporem medidas que venham a contribuir para eliminar discriminações existentes e que ao mesmo tempo tenham em conta a diversificação das fontes de rendimento destas populações rurais.

A partir de 2000 a Comissão Europeia passa a considerar as mulheres e os jovens, duas categorias populacionais prioritárias em política de desenvolvimento rural.

O LEADER já prevê efectuar uma avaliação de impacte dos projectos, tendo em conta as questões de género, fazendo uma análise comparativa de todas as fases do programa e adaptando as suas orientações face aos resultados.

A proposta de alteração do Plano de Desenvolvimento Rural de Portugal Continental (PDRU), apresentada pelo Ministério da Agricultura no início deste ano, contemplava uma medida, relativamente às Indemnizações Compensatórias, de discriminar positivamente as mulheres que se candidatassem e tivessem no mínimo dois filhos com idades inferiores a 16 anos, com uma majoração de 10% na ajuda.

Podendo haver discordâncias se é este o caminho para alcançar uma igualdade de oportunidades no acesso aos recursos, não deixa de ser uma proposta que tem por base as questões de género.

Por último, é de salientar, que na publicação da Direcção Geral da Agricultura da Comissão Europeia, Newsletter, de Junho deste ano, é referido, tendo em conta as conclusões de um debate público no Conselho de Agricultura de Maio de 2002, “a igualdade entre os sexos nas zonas rurais, virá a ser um ponto fundamental da agenda do desenvolvimento rural da Comissão” e ainda que “é necessário, antes de aplicar novos programas, efectuar avaliações adequadas dos seus efeitos potenciais, em termos de igualdade de oportunidades, na situação dos homens e das mulheres”.

Fontes:

Folheto ASEG – FAO

[http://www.fao.org/sd/seaga/index\\_es.htm](http://www.fao.org/sd/seaga/index_es.htm)

Newsletter – CE – DGA nº 45, Junho de 2002

Apontamentos: Curso ASEG – Promovido por PROFIFORMA – Barroso Julho 2002